

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE PARQUES PÚBLICOS URBANOS: possibilidades para a democratização do lazer na cidade de Montes Claros-MG

Isabela Veloso Lopes Versiani¹
Maria Vitória Xavier Dias Rocha²
Rogério Othon Teixeira Alves³
Montes Claros, MG, Brasil

RESUMO: Nas últimas décadas, a criação de Parques Públicos Urbanos tem sido um processo presente em diferentes cidades brasileiras, inclusive nas cidades médias, como no caso de Montes Claros-MG. Para além de funções ligadas à conservação ambiental e à paisagem/estética urbanística, os Parques Urbanos também são importantes espaços para as vivências de lazer, estando vinculados a diferentes instrumentos de Política Urbana, Ambiental e, também, de Esporte e Lazer nos municípios. Nesse aspecto, o presente artigo propõe analisar os processos de criação e distribuição espacial de Parques Públicos na cidade de Montes Claros-MG, para melhor compreender algumas relações desses espaços com o lazer a partir de sua regionalização intraurbana e correspondência a indicadores diversos. Nos resultados, evidencia-se que Montes Claros-MG acompanha as principais tendências ligadas à criação desses espaços no contexto nacional, com destaque para a fase mais recente, na qual há um aumento expressivo do número de Parques na cidade e desconcentração desses equipamentos em direção a regiões periféricas de renda mais baixa, grande contingente populacional e baixo índice de qualidade de vida urbana para o lazer (IQV-Lazer). Acredita-se que tal fenômeno pode proporcionar uma maior diversidade de vivências de lazer e ampliação do acesso aos espaços públicos nessas regiões, contribuindo para o processo de democratização do lazer na cidade.

Palavras-chave: Lazer. Espaço Urbano. Parque Público. Democratização.

SPATIAL DISTRIBUTION OF URBAN PUBLIC PARKS: possibilities to the democratization of leisure in the city of Montes Claros-MG

ABSTRACT: In the last decades, the creation of Urban Public Parks has been a process present in different Brazilian cities, including medium-sized cities, as in the case of Montes Claros - MG. In addition to functions related to environmental conservation and urban landscape/aesthetics, Urban Parks are also important spaces for leisure experiences, being linked to different instruments of Urban, Environmental Policy and, also, Sports and Leisure in the municipalities. In this regard, the present article proposes to analyze the processes of creation and spatial distribution of Public Parks in the city of Montes Claros-MG, to

¹ Mestre e Doutoranda em Desenvolvimento Social, pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Professora do Departamento de Educação Física e do Desporto da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. E-mail: isabelamoc@yahoo.com.br

² Graduada em Arquitetura e Urbanismo. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO/ Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. E-mail: vitoriaxavier_dias@hotmail.com

³ Mestre e Doutor em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais -UFMG. Professor do Departamento de Educação Física e do Desporto da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. E-mail: rogerioothon@gmail.com

better understand some relations between these spaces and leisure associated to intra-urban regionalization and correspondence to different indicators. In the results, it is evident that Montes Claros-MG follows the main trends related to the creation of these spaces in the national context, with emphasis on the most recent phase, in which there is a significant increase in the number of Parks in the city and the distribution of this equipment towards to peripheral regions of lower income, large population and low index of quality of urban life for leisure (IQV-Lazer). It is believed that such phenomenon can provide a greater diversity of leisure experiences and expansion of access to public spaces in these regions, contributing to the process of democratizing leisure in the city.

Keywords: Leisure. Urban Space. Public Park. Democratization.

DISTRIBUCIÓN ESPACIAL DE PARQUES PÚBLICOS URBANOS: posibilidades para la democratización del ocio en la ciudad de Montes Claros-MG

RESUMEN: En las últimas décadas, la creación de Parques Públicos Urbanos ha sido un proceso presente en diferentes ciudades brasileñas, incluyendo ciudades de tamaño mediano, como en el caso de Montes Claros - MG. Además de las funciones relacionadas con la conservación ambiental y paisajística / estética urbana, los Parques Urbanos también son espacios importantes para las experiencias del ocio, siendo vinculados a diferentes instrumentos de Política Urbana, Ambiental y, también, Deportiva y del Ocio en las ciudades. En este sentido, este artículo propone analizar los procesos de creación y distribución espacial de Parques Públicos en la ciudad de Montes Claros-MG, para comprender mejor algunas relaciones entre estos espacios y el ocio desde su regionalización intraurbana y correspondencia con diferentes indicadores. En los resultados, se evidencia que Montes Claros-MG sigue las principales tendencias relacionadas con la creación de estos espacios en el contexto nacional, con énfasis en la fase más reciente, en la que hay un expresivo incremento en el número de Parques en la ciudad y la distribución de estos equipamientos hacia las regiones periféricas de menores ingresos, gran población y bajo índice de calidad de vida urbana para el ocio (IQV-Lazer). Se cree que tal fenómeno puede proporcionar una mayor diversidad de experiencias de ocio y expansión del acceso a los espacios públicos en estas regiones, contribuyendo al proceso de democratización del ocio en la ciudad.

Palabras-clave: Ocio. Espacio Urbano. Parque Público. Democratización.

Introdução

Para compreender o fenômeno do lazer em interface com as cidades contemporâneas, sobretudo na realidade brasileira, é preciso estar atento aos limites que têm sido impostos à sua vivência democrática. Embora reconhecido juridicamente como um direito essencial em diferentes documentos, como na Constituição Federal Brasileira (1988) e no Estatuto da Cidade (2001), a realização do direito ao lazer ainda encontra-se distante de se efetivar no cotidiano urbano da mesma forma e com igualdade de condições de acesso às suas vivências para todos.

Sua vivência democrática tem sido comprometida pelos efeitos de políticas neoliberais e desmantelamento das políticas públicas setoriais, como na área do esporte e lazer, mas também das políticas urbanas, na qual a cidade vista como uma mercadoria reforça o papel do mercado

capitalista na oferta massiva de práticas e espaços privados de lazer voltados para o consumo, cada vez mais evidentes, o que tem se sobreposto ao papel do Estado na garantia de direitos e oferta de serviços, e no caso específico da discussão aqui proposta, com sérios comprometimentos para a criação, manutenção e permanência de espaços públicos destinados a contribuir com a ampliação do acesso ao lazer e sua dimensão cidadã no âmbito urbano.

Tal realidade é vivenciada não só nas grandes metrópoles e cidades brasileiras, como também no contexto crescente das cidades médias, em expansão no Brasil e compreendidas como aquelas entre 100 mil e 500 mil habitantes, como no caso de Montes Claros-MG, com população urbana de mais de 344 mil habitantes (IBGE, 2010), que apresenta um quadro intenso de desigualdades socioespaciais e sobreposição de práticas e espaços de lazer privado cada vez mais presentes.

Assim, analisar a dinâmica de produção de espaços públicos para o lazer nas cidades torna-se fundamental para compreender a complexidade de processos e agentes envolvidos, das dificuldades e potencialidades que se evidenciam na busca pela implementação do direito à cidade, tanto do ponto de vista do acesso, quanto das possibilidades de apropriação e valor de uso desses espaços, mais próximas da concepção desenvolvida por Lefebvre (1968).

Na interface entre lazer e espaço, as contradições e ações que marcam a produção do espaço urbano terão reflexos diretos na forma como o lazer é ofertado e vivenciado em diferentes regiões de uma cidade, na qual a existência ou não de espaços públicos pode ser determinante para subsidiar vivências de lazer diversificadas em interface com a natureza, outros grupos sociais, outros valores e significados no âmbito individual e coletivo, como no caso dos Parques Públicos Urbanos.

O desenvolvimento de estudos que correlacionam a temática do lazer aos espaços públicos tem sido objeto crescente de sistematização vinculado a diferentes campos do conhecimento, como na Educação Física; Arquitetura e Urbanismo, Geografia e, também, em uma dimensão interdisciplinar, sendo os Parques Públicos Urbanos um dos temas que tem ganhado repercussão nessas áreas.

Muitas abordagens têm buscado compreender a multiplicidade de significados, funções e usos dos Parques Urbanos, em que o estreitamento com o campo de lazer tem sido evidenciado por diferentes estudos que tangenciam, dentre outros aspectos dessas interfaces, aqueles ligados às relações entre sujeito, cidade, natureza (RECHIA, 2003); participação e políticas públicas de esporte e lazer (FORELL, 2014), agendas de pesquisa (PACHECO; RAIMUNDO, 2014); formas e estratégias de gestão do uso público (PACHECO, 2017); percepções do nível de satisfação (RODRIGUES; PONTES 2020); aspectos ligados à sua produção e distribuição nas cidades (COSTA;CAMARGO, 2012), entre outros.

Este trabalho destaca, de forma mais específica, aspectos dessa última dimensão relacionada à compreensão da dinâmica de produção, distribuição e apropriação de espaços na cidade contemporânea, as vivências que possibilitam e sua contribuição para melhoria da

qualidade de vida em diferentes cenários, bem como de suas possibilidades para maior democratização do lazer.

Mesmo com os desdobramentos da Pandemia do novo coronavírus, nesse ano de 2020, e algumas restrições de uso/ fechamentos temporários de Parques Públicos no Brasil e pelo mundo, fato é que a Pandemia tem ressignificado a importância dos espaços públicos como parques e praças para a qualidade de vida e para o bem-estar nas cidades, na qual valoriza-se, também, as possibilidades de realização de vivências de lazer em espaços abertos e ao ar livre, com distanciamento social adequado, ao mesmo tempo em que resgata parte da sociabilidade a ser reconstruída em tempos de isolamento social, reafirmando ainda mais a necessidade desses espaços serem bem distribuídos na dimensão intraurbana das cidades e com fácil acesso para a população, sobretudo em áreas mais carentes de infraestrutura.

Assim, o presente artigo tem como objetivo apresentar resultados preliminares do Projeto de Pesquisa em curso, intitulado: “Os Parques Públicos Urbanos em Montes Claros-MG e suas relações com o campo do Lazer”, vinculado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em Lazer - *Ludens*, do Departamento de Educação Física e do Desporto da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

O Projeto está estruturado a partir de pesquisa bibliográfica e levantamento/ análise de dados referentes à criação, localização e caracterização do entorno dos Parques na cidade; levantamento da infraestrutura e serviços disponíveis; e levantamento dos usos públicos e vivências de lazer nesses espaços. Os dados aqui apresentados são referentes à discussão teórica iniciada nessa primeira fase, contextualizando a criação de Parques no Brasil em diferentes períodos e suas relações com os processos de criação e distribuição espacial em Montes Claros, sobretudo dos mais recentes, correlacionado a dados socioeconômicos das suas áreas de inserção.

A pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, por meio da combinação entre pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo por meio de observação direta e sistemática (TRIVIÑOS, 1987; GIL, 2008). Para apresentação de dados desse artigo, destaca-se parte da pesquisa bibliográfica sobre os Parques Urbanos no Brasil e documental, realizada por meio de levantamento de informações na Secretaria de Meio Ambiente (SEMMA) e site da Prefeitura Municipal de Montes Claros (PMMC), correlacionada a dados do IBGE (2010), problematizando a distribuição desses espaços no contexto intraurbano e suas possibilidades para a democratização do lazer na cidade.

Os Parques Públicos no Brasil : breves apontamentos e relações com o lazer no contexto urbano

Presentes com diferentes formas e significados, sobretudo a partir dos Séculos XIX e XX, os Parques Urbanos têm acompanhado muitas das mudanças que ocorrem na sociedade,

especialmente a partir da Revolução Industrial e de seus desdobramentos para a conformação da vida urbana, e que nas cidades contemporâneas têm assumido um potencial protagonismo como espaço público para o lazer.

Os Parques Urbanos, tais quais os conhecemos atualmente, são produtos da cidade moderna (GOMES, 2013), e no Século XIX apresentam um papel marcante na formação das cidades como instrumentos de controle social pelas elites, especialmente por meio de suas funções para segregar e higienizar integradas a modelos urbanísticos específicos (PACHECO; RAIMUNDO, 2014).

No Brasil, os Parques Urbanos surgem com a vinda da família real em 1808 para o Rio de Janeiro, que passou por modernizações e reestruturações para recebê-la. Nessa conjuntura, construiu-se os três primeiros parques públicos: o Passeio Público, o Campo de Santana e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, sendo estes espaços utilizados pela elite emergente, a qual buscava invocar formas de sociabilidade comum aos costumes dos países europeus (MACEDO; SAKATA, 2010).

Como consequência do avanço das grandes cidades industriais na Europa e da necessidade de também prover as cidades com espaços para a recreação das massas que se urbanizavam, surgem os Parques da forma mais conhecida do “imaginário coletivo – com bosques, gramados, caminhos e equipamentos para jogos e brincadeiras”, sendo que, no Brasil, a criação de parques desse modelo passa a ser utilizado nas décadas de 1970 e 1980 como um dos objetivos do poder público em diferentes cidades brasileiras (SAKATA, 2018, p. 32).

Também, a partir da Segunda Guerra Mundial, com a expansão da atividade industrial em diversas cidades do mundo e o agravamento das condições ambientais e de vida nas grandes cidades, alinhado aos desdobramentos das Conferências das Nações Unidas sobre o clima na década de 1990 e necessidade de preservação ambiental, os Parques passam a ser relacionados, entre outros aspectos, ao apelo crescente ao verde, à natureza, na qual aparecem revestidos de discursos que se expressam pela necessidade de dotar os espaços urbanos de áreas verdes e de lazer, possibilitando maior qualidade ambiental (GOMES, 2009).

A ampla produção desses equipamentos urbanos nas cidades começa a ser observada somente nas últimas duas décadas do Século XX, onde estes passam a ser objetos de políticas do poder público, todavia ainda não pode-se dizer que há a popularização destes por toda a cidade, haja visto que o Parque Urbano, enquanto materialização da natureza nas cidades, é uma raridade no espaço e, assim, insere-se na reprodução capitalista do espaço com muitas desigualdades distributivas (ROCHA, 2020).

A discussão dos espaços de lazer e de seus equipamentos na cidade faz parte do desenho urbano moderno e está em contato direto com forças de ordem econômica e política, em que saltam aos olhos contrastes urbanos diversos: “áreas nas quais os equipamentos são abundantes, variados e bem conservados e áreas nas quais eles são raros, mal conservados, áreas de fácil acesso e áreas de difícil acesso, equipamentos superlotados e equipamentos subutilizados”

(PELLEGRIN, 2004, p. 72).

Assim, efetivar o direito ao lazer no âmbito urbano é reconhecer, também, a necessidade do espaço público de lazer como um direito a ser assegurado pelo Poder Público Municipal e vivenciado pela população, realçando a necessidade de uma política de investimento dirigida para superar a falta de espaços e de políticas públicas específicas que favoreçam a sua apropriação. No caso dos Parques Urbanos, geralmente pelo grande porte das áreas e recursos que demandam, os desafios envolvidos evidenciam ainda mais disparidades.

Integrado a diferentes usos, sejam eles paisagísticos/ urbanísticos, de conservação ambiental, de lazer de massa, recreacional, contemplativo por meio da natureza e/ ou para prática de atividades físicas, fato é que a criação de Parques nas cidades está permeada por uma multiplicidade de discursos, justificativas e interesses, que acompanham os processos de produção do espaço urbano e os diferentes papéis assumidos pelos gestores públicos, pelo mercado e por demandas da própria população no jogo político.

Atualmente, os Parques Urbanos têm desempenhado “papel importante como *locus* para a cidade e a cidadania” (PACHECO; RAIMUNDO, 2014, p. 45) e, como evidenciado por Sakata (2018, p.24):

No período de 2000-2017, observou-se que ao mesmo tempo em que se construíam cidades fragmentadas – com loteamentos fechados para camadas de alta, média e baixa renda (caso de muitos conjuntos do Programa MCMV) – e condomínios de torres de apartamentos com térreos “completos” (termo utilizado na propaganda de imóveis para o conjunto piscina, playground, quadra, salas de ginástica e de festa), os espaços públicos passaram a ser demandados ainda mais, tanto para usos tradicionais como para novos usos – de carnavais de rua a rondas noturnas de grupos de ciclistas. Corridas de rua ganharam adeptos; o número de animais domésticos, especialmente cães, aumentou; a população exige passeios, parques, calçadas e ciclovias: os espaços livres nunca estiveram tão cheios.

Com destaque para o aumento significativo de Parques Públicos sendo construídos nas cidades brasileiras, especialmente nesse início do Século XXI, se evidenciam as contribuições e avanços da nova legislação ambiental, como meio de preservação de recursos naturais existentes, aliados, quase sempre, à provisão de espaços de lazer e esporte, com valorização dos bairros que recebem esses equipamentos, e de investimentos diretamente associados e/ou como contrapartida de parcerias e compensações ambientais de grandes empreendimentos imobiliários, além de estratégias de marketing/ marca das gestões públicas (SAKATA, 2018).

Assim, compreender melhor algumas relações entre a produção do espaço urbano e o lazer, e da distribuição de espaços e equipamentos, como dos Parques Urbanos, na busca por uma maior democratização do lazer, também em contextos de cidades médias, como no caso de Montes Claros-MG, possibilita ampliar o conjunto de reflexões que tem sido desenvolvidas nessa

direção, o que aproxima o diálogo entre as especificidades de cada localidade e dinâmicas mais amplas articuladas com diferentes campos.

O contexto de Montes Claros – MG e os espaços públicos de lazer

Destaque na região norte-mineira, a cidade de Montes Claros passou por um processo acelerado de crescimento urbano, sobretudo a partir da década de 1970, que se mantém contínuo, por sua centralidade como polo de desenvolvimento regional, nem sempre acompanhado por um planejamento urbano efetivo. Embora a cidade tenha se desenvolvido em aspectos econômicos e sociais nas últimas décadas, sua inserção em uma região com baixos índices de desenvolvimento socioeconômico e grande desigualdade social terá desdobramentos na dinâmica de sua urbanização e ocupação do solo.

A expansão da cidade de Montes Claros foi marcada pela reprodução dos interesses dos agentes produtores do espaço, ocorrendo de forma espontânea, dispersa e horizontalizada. Até a década de 1970, há o adensamento concentrado no entorno da área central. Após a década de 1970/80, a cidade definiu zonas homogêneas de ocupação a partir dos seus usos (residencial/comércio/serviços) e da infraestrutura oferecida nos novos loteamentos, com desdobramentos no adensamento conforme o poder econômico da população.

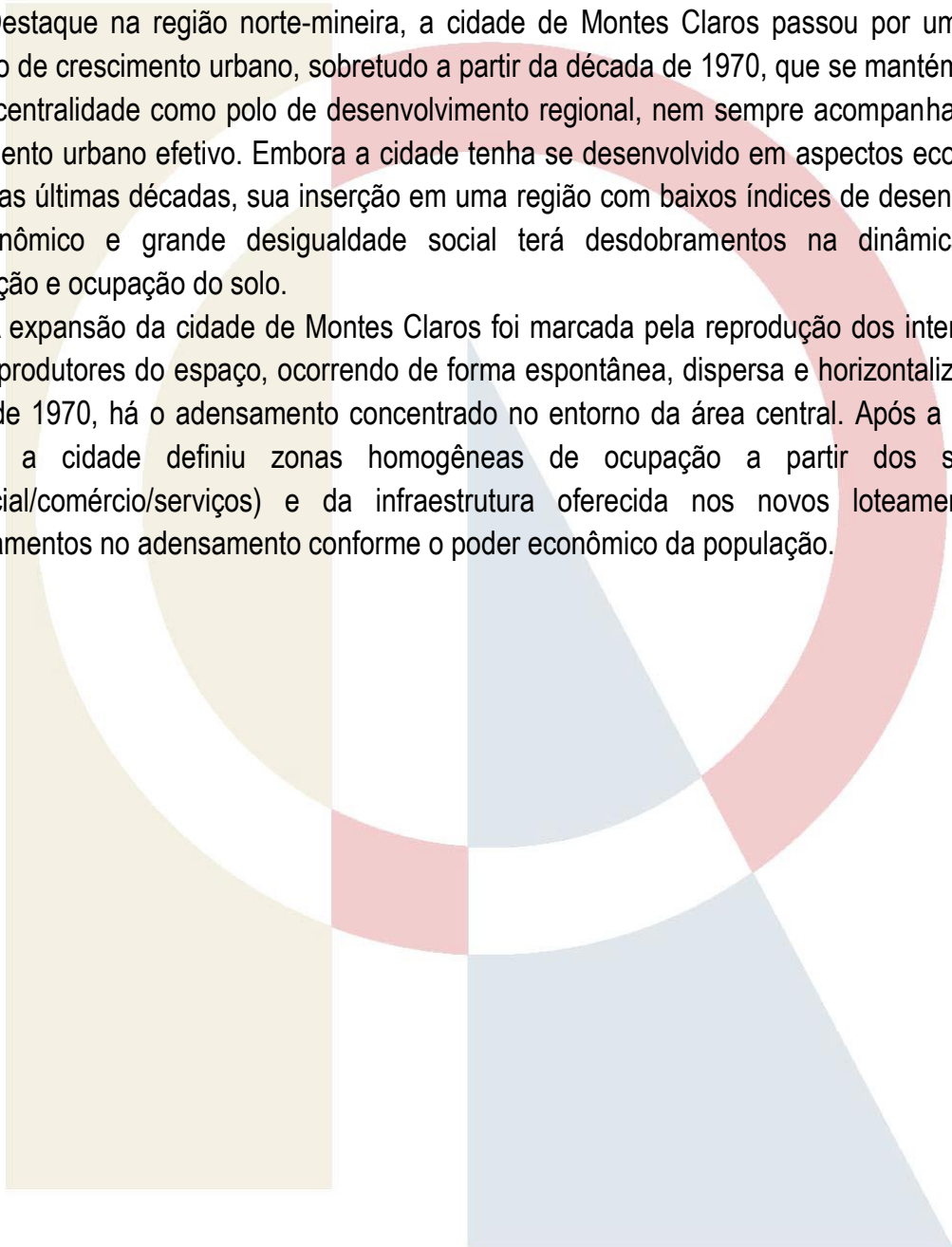
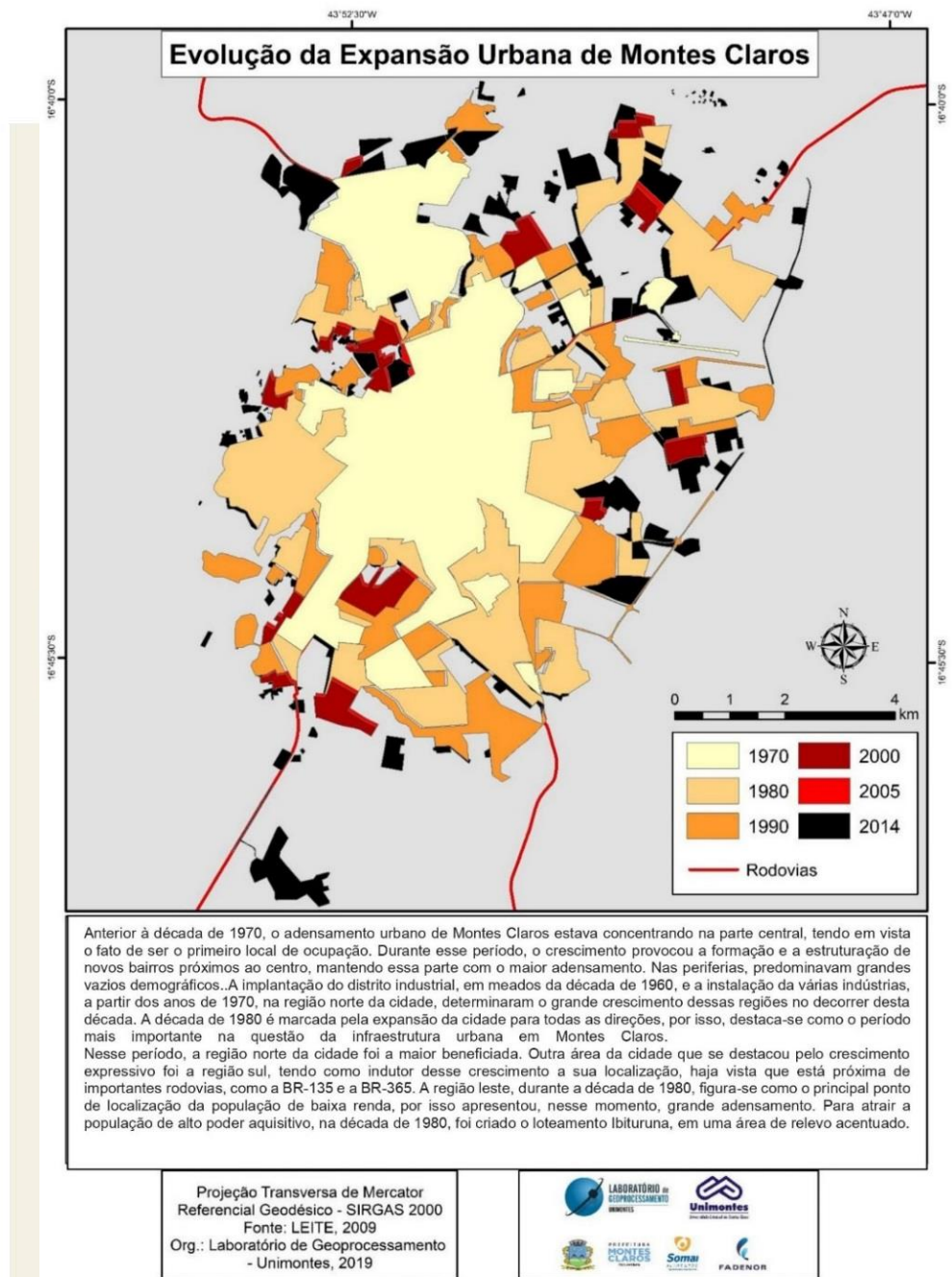


Figura 1: Evolução da Expansão Urbana de Montes Claros (2014).



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS.
Atlas Ambiental, 2019.

A região norte da cidade sofreu influência direta da implantação do Distrito Industrial em meados da década de 1960, com grande crescimento dessa região na década de 1970; na década de 1980, há a expansão da cidade em várias direções, com destaque para grandes investimentos

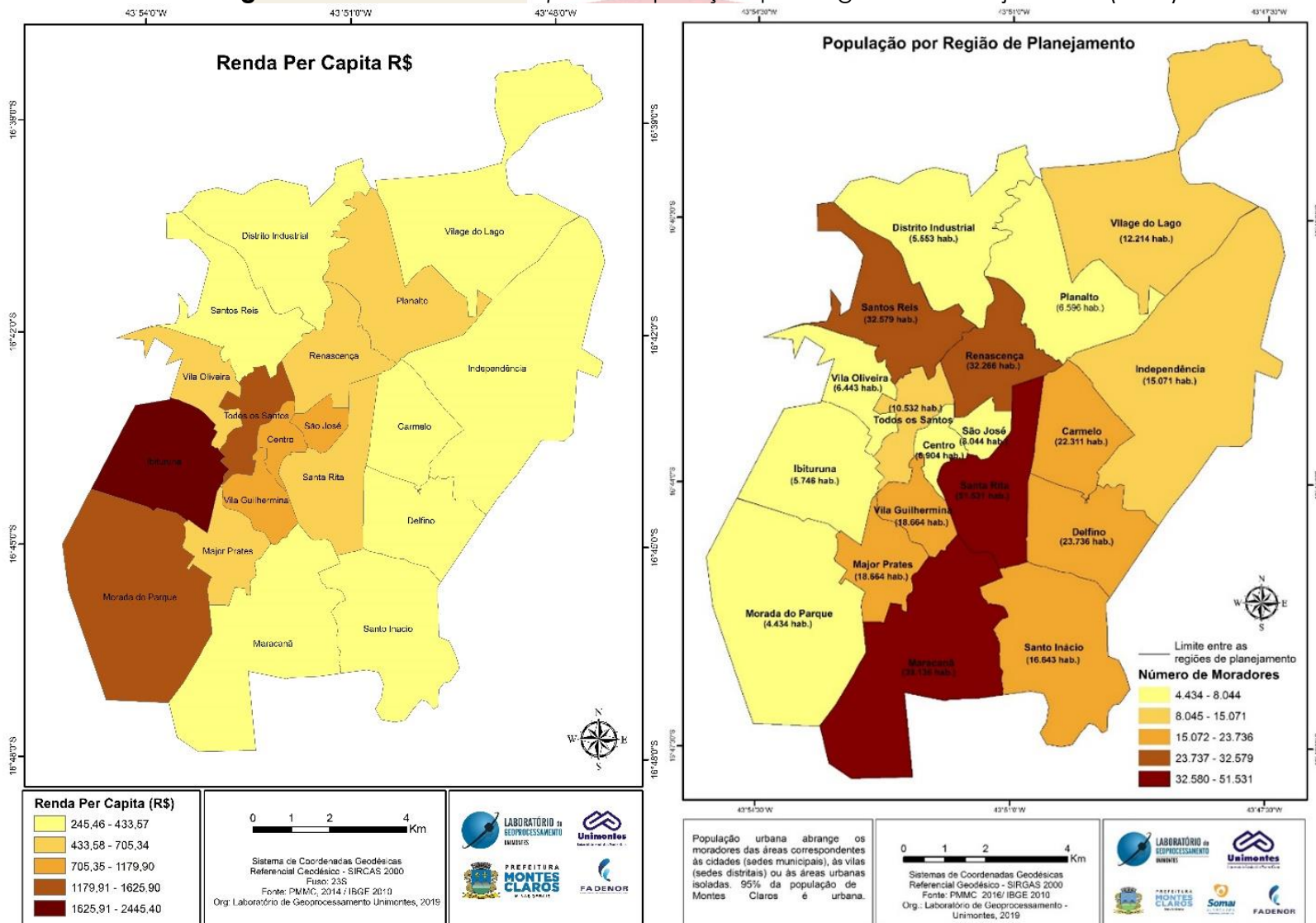
em infraestrutura urbana e do loteamento Ibituruna, para atrair a população de alto poder aquisitivo na direção sudoeste; a região sul também apresenta crescimento nas décadas de 1980/1990, influenciado pela proximidade a importantes rodovias, como a BR-135 e BR-356; e a região leste, a partir de 1980, figura-se como principal ponto de localização da população de baixa renda e grande adensamento (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 2019.).

Todos esses processos são acompanhados pela especulação imobiliária em diferentes áreas, ocupações irregulares em outras, e presença de vazios urbanos, especialmente nas regiões leste e nordeste, frentes de expansão urbana mais recente, assim como em algumas áreas da região sul, muito influenciadas pela dinâmica de produção do espaço a partir de empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida, localizados nas bordas do perímetro urbano, e de novos empreendimentos imobiliários, sobretudo a partir de 2014, como bem evidenciado pelo Mapa 1, com a evolução da expansão urbana da cidade.

A partir da correlação desse processo de expansão urbana com os Mapas 2 e 3 na sequência, observa-se que a desigualdade de distribuição de renda da cidade de Montes Claros e seu reflexo na ocupação físico-territorial são retratados pela tendência de periferização das classes de renda mais baixa⁴, como nas regiões do extremo Norte, Leste e Sul, com exceção da periferia Sudoeste, onde se concentra a região do Ibituruna, de renda mais alta, com casas de alto padrão e maior parte dos condomínios fechados de luxo. Nas regiões próximas à área central, de ocupação mais antiga e consolidada, se concentra também a outra parcela da população com melhores faixas de renda. Esse processo também acompanha a distribuição populacional, no qual evidencia-se um maior adensamento nas regiões de renda mais baixa e baixa, e o inverso nas regiões de renda mais alta.

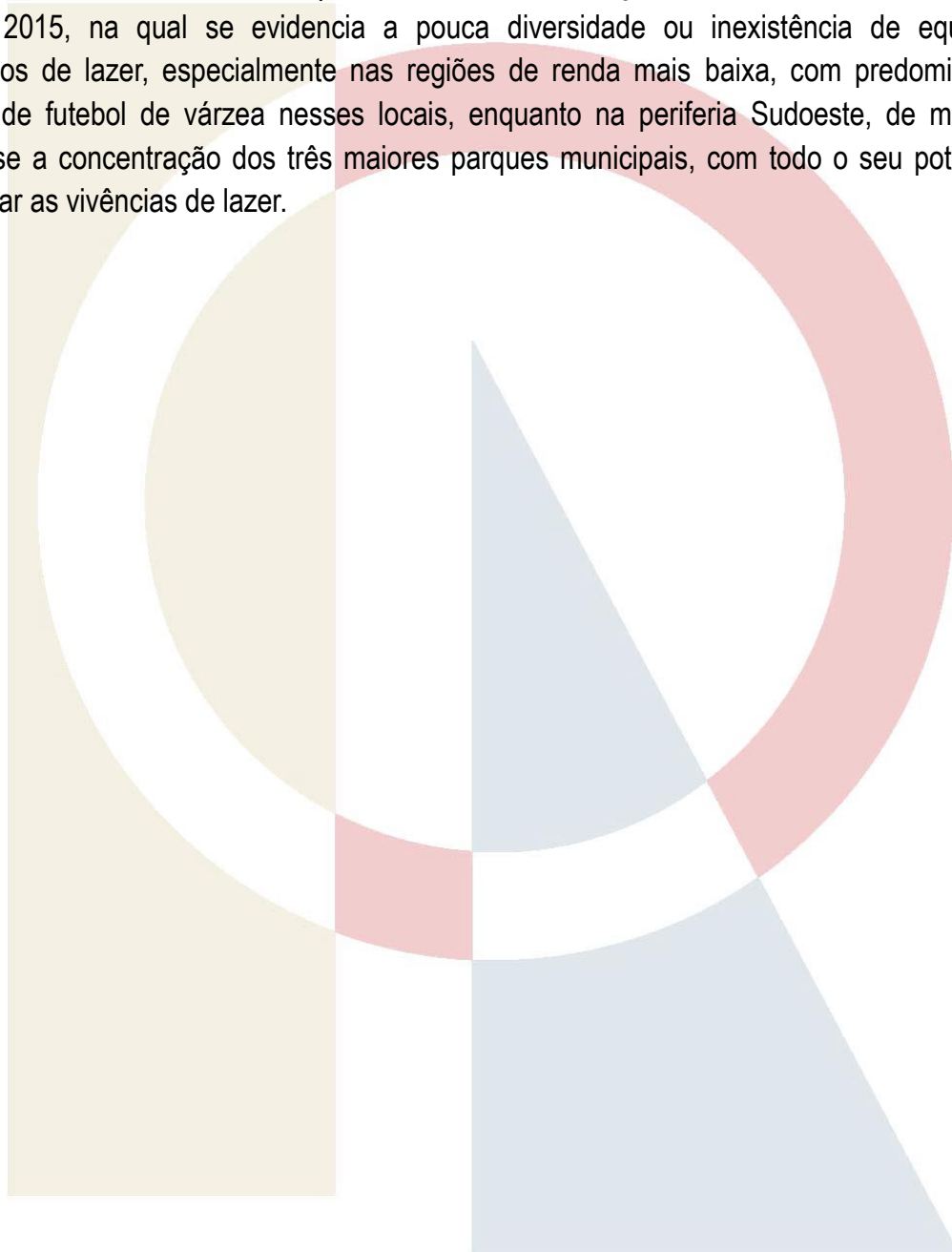
⁴ O rendimento domiciliar é calculado como a razão entre o total dos rendimentos domiciliares (em termos nominais) e o total dos moradores. São considerados os rendimentos de trabalho e de outras fontes de todos os moradores, agrupados em cinco faixas de Renda *Per Capita* (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 2019).

Figuras 2 e 3: Renda Per Capita e População por Região de Planejamento (2019)

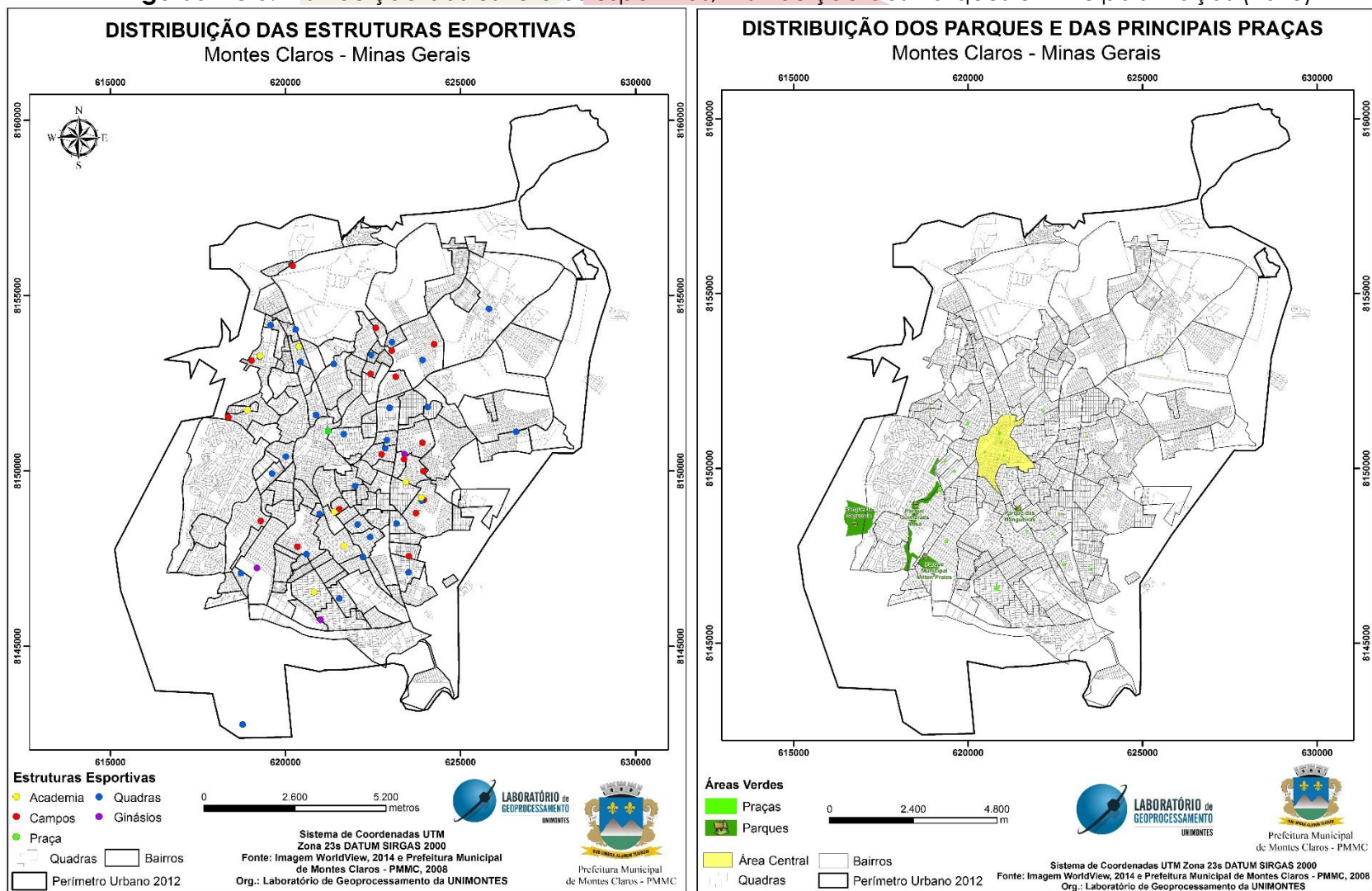


Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Atlas Ambiental, 2019.

A caracterização da dimensão intraurbana da cidade de Montes Claros, ao ser marcada por um processo de ocupação do solo urbano fragmentado e heterogêneo, resulta em uma divisão socioeconômica de áreas com maior ou menor grau de infraestrutura. Essa constatação é nítida ao se evidenciar a distribuição das estruturas esportivas e da distribuição dos Parques e principais praças no levantamento realizado para subsidiar a atualização do Plano Diretor do Município, no ano de 2015, na qual se evidencia a pouca diversidade ou inexistência de equipamentos específicos de lazer, especialmente nas regiões de renda mais baixa, com predominância dos campos de futebol de várzea nesses locais, enquanto na periferia Sudoeste, de maior renda, localiza-se a concentração dos três maiores parques municipais, com todo o seu potencial para diversificar as vivências de lazer.



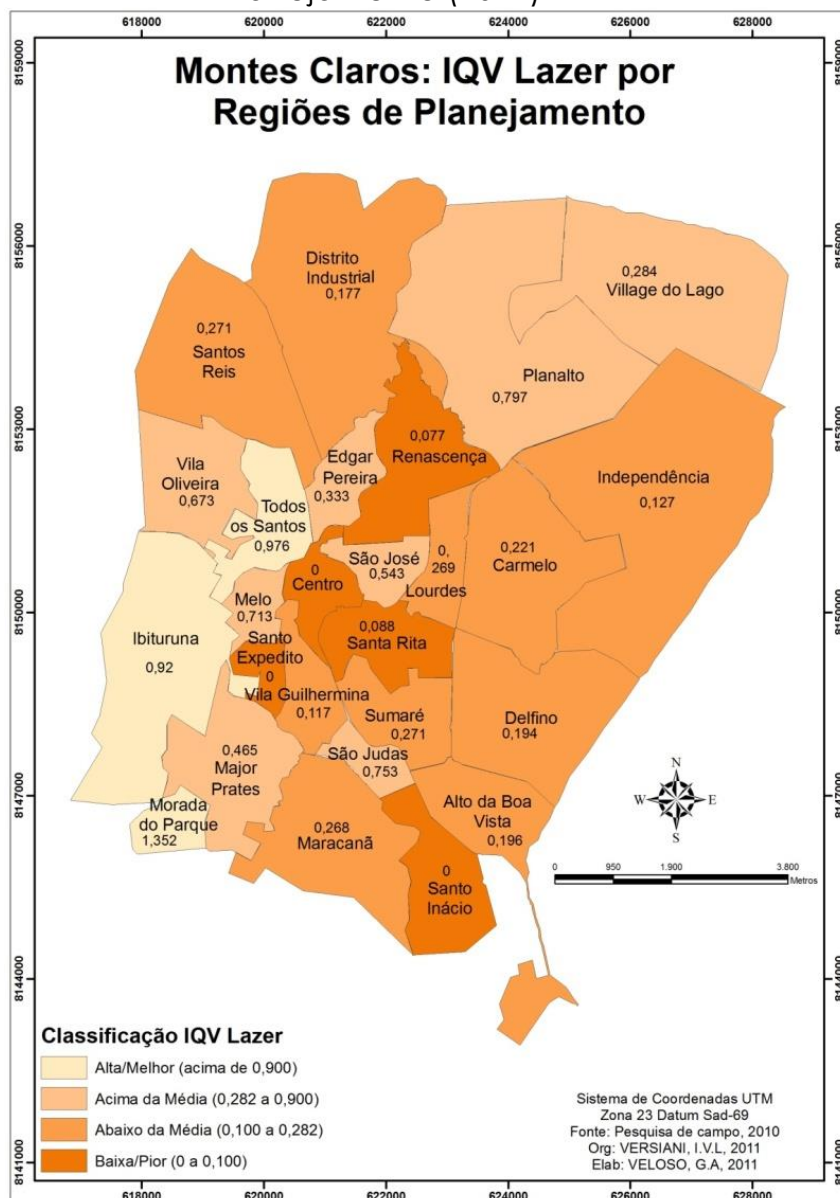
Figuras 4 e 5: Distribuição das estruturas esportivas; Distribuição dos Parques e Principais Praças (2015)



Fonte: Mapas temáticos reestruturação do Plano Diretor. PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 2015.

Em estudo que correlacionou a distribuição de equipamentos públicos para o lazer com a dimensão da qualidade de vida urbana em Montes Claros, Versiani (2011) observou que não se pode negar que a alta segregação socioespacial e a carência de serviços e equipamentos públicos comprometem a qualidade de vida de grande parte de sua população, inclusive no acesso às vivências de lazer, especialmente nas regiões de renda mais baixa da cidade.

Figura 6: IQV-Lazer para Montes Claros, por regiões de Planejamento (2011)



Fonte: Versiani, 2011.

Trabalhando com a regionalização disponível à época, com 26 regiões de Planejamento, e a partir da produção e análise de indicadores sobre os equipamentos de

lazer, o estudo propôs um índice como síntese, o IQV-Lazer⁵, no qual fica claro o quadro de desigualdades e dificuldades para democratização do lazer no conjunto da cidade, bem como a necessidade de investimentos em equipamentos diversificados nas regiões periféricas e mais populosas, como retratado pelo Mapa da figura 6.

A partir dessas discussões, é importante destacar a necessidade de uma maior articulação das políticas de lazer com as políticas urbanas, principalmente no que se refere às normatizações urbanísticas e legislações vigentes, não só para garantir o direito ao lazer nas cidades e reforço de sua importância no plano jurídico/institucional, mas, sobretudo, para efetivar ações na direção da criação e distribuição de seus espaços e equipamentos de forma equitativa.

Nesse aspecto, identifica-se na Política Urbana de Montes Claros, mais especificamente no último Plano Diretor (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 2015), que existem diretrizes destinadas ao lazer e aos seus espaços, contemplando uma visão mais humana de cidade, preocupada com a qualidade de vida e o bem-estar de sua população, e apontando a necessidade de ampliação do número desses espaços e estratégias para sua apropriação, porém sem a atribuição direta de responsabilidades para a execução dessas ações, o que compromete significativamente a continuidade e materialidade dessas ações no cotidiano urbano.

Em meio a esse contexto e na relação direta com o objeto de análise aqui proposto, os Parques Públicos Urbanos, geralmente, estão diretamente vinculados às Secretarias de Meio Ambiente dos respectivos municípios. Essa também é a realidade de Montes Claros, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), que dentre outras atribuições e em observância às normas Federais e Estaduais, é responsável por legislar sobre matéria ambiental e procedimentos licenciatórios, regulados conforme deliberações do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente (CODEMA).

Parques Públicos na cidade de Montes Claros-MG: distribuição espacial e possibilidades para a democratização do acesso ao lazer

No caso específico dos parques em Montes Claros, verifica-se que a cidade tem acompanhado as tendências da discussão teórica apresentada, possuindo, atualmente, sob jurisdição da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, sete Parques Públicos Urbanos

⁵ O cálculo do IQV-Lazer para as Regiões de Planejamento foi realizado a partir do número total de equipamentos da região dividido pela sua população, por 1000 habitantes. Também foi realizado o cálculo do IQV-Lazer para a cidade, a fim de estabelecer uma classificação e comparação com base na média encontrada, que foi de 0,282 equipamentos para cada 1000 habitantes. A partir da média da cidade, os índices foram agrupados em quatro faixas de classificação: baixa/pior (variação de 0 a 0,100); abaixo da média (de 0,100 a 0,282); acima da média (0,282 a 0,900) e alta/melhor (acima de 0,900), na qual a análise do IQV-Lazer possibilita dimensionar o impacto do total de habitantes de uma determinada região correlacionado ao número de equipamentos disponíveis (VERSIANI, 2011).

em Áreas Verdes do Município, implantados ou em fase de implantação próxima, com destaque para quatro novos parques nos últimos três anos (2018, 2019 e 2020) e previsão de mais dois parques.

Esses parques compõem o quadro de áreas verdes da cidade sendo caracterizados, de acordo com suas funcionalidades, em Unidades de Conservação (UC's) e Parques Naturais do Município. Três parques se enquadram como Unidades de Conservação: o Parque Florestal da Sapucaia, o Parque Guimarães Rosa e o Parque Estadual Lapa Grande, estando os dois primeiros sob jurisdição e proteção do poder público municipal, e o último administrado pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF). Na categoria de Parques Naturais do Município estão inclusos: o Parque Municipal Milton Prates, o Parque das Mangueiras/Nilson Espoletão, o Parque Municipal Sagarana, o Parque Cândido Canela, o Parque Professor Antônio Jorge/Mangues e o Parque Natural Municipal Lagoa dos Portugueses/Belvedere.

A partir da caracterização de cada um desses parques, e sua área de inserção na sequência, é possível perceber elementos que acompanham a dinâmica de produção do espaço na cidade, como a priorização da periferia Sudoeste na criação dos parques inicialmente, de renda mais elevada, baixa densidade populacional e maiores valores do IQV-Lazer. Já a possibilidade de criação de novos parques se dá a partir das poucas áreas verdes ainda existentes na malha urbana, principalmente nas áreas periféricas que ainda possuem grandes vazios urbanos e que, mais recentemente, são frentes de expansão urbana e de novos empreendimentos imobiliários, localizadas em regiões de renda mais baixa, próximas de regiões com densidade populacional já elevada e IQV-Lazer com baixíssimos índices, especialmente na periferia Sul e Leste da cidade.

O Parque Municipal Milton Prates (196.000,00 m²) é o mais antigo e principal parque urbano da cidade, tendo sido inaugurado em 1º de maio de 1969 (Dia do Trabalhador) como um “presente” para as massas de trabalhadores industriais em formação. O espaço contempla em seu interior amplos espaços de área verde, uma lagoa com pedalinhos para passeios dos usuários, *playground*, quadra aberta, academia ao ar livre, pista de caminhada (Ecopista) e um restaurante, conforme apresentado na figura 7.

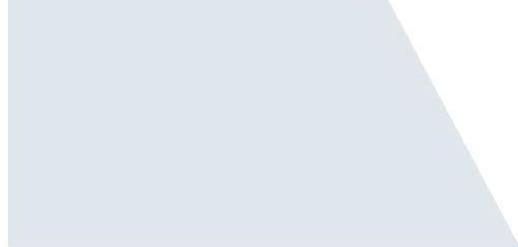
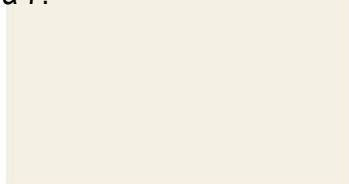


Figura 7: (1) Espacialização do Parque Municipal Milton Prates na malha urbana; (2) Espaços e vivências no interior do Parque.



Fonte: (1) Google Earth, 2020; (2) PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 2017.

A Ecopista e a academia ao ar livre são parte de um conjunto de revitalizações que o espaço recebeu no ano de 2017, promovendo melhorias na infraestrutura local, e agregando ao parque o uso para o lazer ligado à prática de atividades físicas específicas, como a caminhada e a corrida em contato direto com a natureza, o que contribuiu ainda mais para elevar o IQV-Lazer da região a partir da incorporação de mais dois equipamentos específicos para o lazer voltado aos interesses físico-esportivos dentro do Parque. Desde a inauguração, o parque continua sendo o maior equipamento de sua categoria a oferecer lazer para os cidadãos montesclarenses, recebendo visitantes de todas as regiões da cidade, e sendo apropriado para diversas práticas de sociabilidade, comércio e lazer, como aponta Rocha (2020, p. 137):

Quanto a utilização do espaço para o lazer, além de ser um espaço público bastante aderido pelas famílias, atentou-se para a quantidade de adolescentes independentes (sem acompanhamento de um responsável) que usufruem do espaço. Esses se reúnem em encontros com os amigos, realizam práticas esportivas e atividades físicas. Assim, embora o espaço público permeie muitos conflitos, ele também é o local que promove espaços de vivências nas cidades, fato contribuinte para a formação do cidadão.

Posteriormente, houve a criação de diferentes áreas para preservação e

conservação ambiental, como o Parque Florestal da Sapucaia (376.600,00 m²), criado em 08 de setembro de 1987, e situado próximo à Serra do Mel, inserido na divisa entre as regiões do Morada do Parque e Ibituruna, de IQV-Lazer mais elevado. Localiza-se na zona sudoeste da cidade, próxima aos bairros Jardim Liberdade e Morada do Sol, a aproximadamente seis quilômetros de distância da área central.

Embora tenha sido um parque dotado com uma infraestrutura diferenciada na época, como teleférico, *playground*, banheiros, ponte pênsil, trilhas, palhoças e bares, o que possibilitava práticas culturais, esportivas e de lazer diversificadas, atualmente se encontra fechado para o uso da população e em estado de degradação (BELÉM; VIDAL, 2019). Fechado temporariamente em fevereiro de 2018, como prevenção ao surto de febre amarela no Estado de Minas Gerais, no qual, segundo o Poder Público, foram encontrados alguns macacos mortos no local, atualmente, tem sido desenvolvido um projeto de revitalização do mesmo⁶, mas não houve confirmação na SEMMA de quando será reaberto ao público.

Em pesquisa realizada neste espaço sobre a experiência de lazer e aventura, os autores Oliva e Silva (2017) constataram que ele é uma importante opção de lazer associado à natureza na cidade, possuindo como atrativo trilhas por todo o parque, com práticas de *mountain bike* e corridas de orientação, além de dispor de condições físicas e geográficas para práticas de escalada e rapel.

Figura 8: (1) Espacialização do Parque Sapucaia na malha urbana; (2) Entrada do Parque Sapucaia e trilhas internas percorridas pelos usuários; (3) Prática de rapel.



Fonte: (1) Google Earth, 2020; (2) PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 2014; (3) OLIVA; SILVA, 2017.

⁶ Disponível em: <https://jornalmontesclaros.com.br/2019/07/01/montes-claros-parque-sapucaia/>.

Na sequência, em 07 de agosto de 1989, criou-se o Parque Guimarães Rosa (463.500,00 m²), com o mesmo intuito de conservação ambiental, totalmente cercado conforme figura 9, possibilitado a partir do remanejamento de áreas verdes loteadas às margens do Rio Vieiras, e reproduzindo a preocupação com a preservação ambiental em pauta nos discursos referentes às novas legislações, controles e demandas. Localizado também na região do Ibituruna, de alto IQV-Lazer.

Figura 9: (1) Espacialização do Parque Guimarães Rosa na malha urbana; (2) Vista da unidade de Conservação fechada para visitação do público e vegetações internas.



Fonte: (1) Google Earth, 2020; (2) PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 2015.

Em agosto de 2018, o Parque Guimarães Rosa foi desmembrado e uma parte deste transformou-se no Parque Municipal Sagarana (39.353,40m²), convertido em um parque aberto à visitação pública, possuindo estrutura para receber a população. Tratando-se de uma área de preservação ambiental e parte de uma Unidade de Conservação, o espaço foi concebido com intuito de resguardar as paisagens e áreas naturais e, por isso, o parque em sua maioria apresenta-se em forma permeável, restringindo sua estrutura a uma pista de caminhada com 1.300m de extensão, bancos e

mesas para piqueniques e esculturas artísticas. O local se tornou mais uma opção de lazer para aquela região, sobretudo para a prática de exercícios físicos em contato com a natureza, possuindo uma diversidade de usos como: contemplativo, esportivo e passeios em família (ROCHA, 2020).

Figura 10: (1) Espacialização do Parque Municipal Sagarana na malha urbana; (2) Vivências no interior do Parque.



Fonte: (1) Google Earth, 2020; (2) Acervo dos autores, 2019.

Esses três primeiros parques localizam-se na região sudoeste da cidade, que tradicionalmente concentra bairros de maior poder aquisitivo, especialmente na região dos dois últimos parques mencionados, agregando ainda mais valor às mesmas, e que, há mais de duas décadas, têm sido acompanhados da frequente criação de condomínios fechados de casas de alto padrão no seu entorno. Eles demarcam bem as fases apontadas por Sakata (2018), nas quais se destacam a vinculação ao lazer de massa/classe trabalhadora (1960-1970) e à dimensão ambiental (1980-1990), com impactos consideráveis para a qualidade de vida relacionada ao lazer nessas regiões, já amplamente beneficiadas por condições melhores de infraestrutura no geral.

Posteriormente, o Parque das Mangueiras/Nilson Espoletão (17.106,75 m²) foi instituído por decreto em 2006 e implementado em 2012, sendo o primeiro parque

localizado em uma região de menor poder aquisitivo, fruto de intensas mobilizações populares sobre uma área desapropriada pela prefeitura e convertida em área institucional/verde. Após o processo de institucionalização da área, a demora para a criação do parque suscitou divergências e conflitos, uma vez que a área teve parte invadida com o funcionamento de um ferro-velho no local. Somente em 2012, o parque foi de fato criado, o que ressignificou o uso da área em uma região carente desse tipo de espaço, como assentido por Rocha (2020, p.100):

Após a abertura do parque, a comunidade continuou ativa, cobrando a limpeza e manutenção do parque, auxiliando na conservação do espaço público municipal. Para o arquiteto, o parque urbano criado nessa área teve um impacto ambiental e social, possibilitando aos moradores dessa região um lazer contemplativo, uma vez que esse tipo de equipamento urbano na cidade está concentrado nas regiões oeste/sudoeste da cidade.

O espaço possui em sua infraestrutura um pequeno *playground*, academia ao ar livre, mobiliários (atualmente em sua maioria deteriorados – pelo tempo e condições de usos), mesas e bancos para piquenique, palco para pequenos eventos, uma pista de caminhada que circunda todo o parque e um polo da academia da saúde que foi inaugurado em 2018, demonstrados na figura 11.

Quando correlacionado à sua área de inserção, é importante destacar que o parque está localizado na região do Santa Rita, a mais populosa da cidade, com 51.531 habitantes, caracterizada na segunda faixa de renda mais baixa e que, em 2011, possuía também um dos IQV-Lazer mais baixos da cidade (0,088), o que demonstra a importância da criação desse tipo de equipamento em regiões com essas características.

Figura 11: (1) Espacialização do Parque das Mangueiras na malha urbana; (2) Visualização externa do Parque; (3) Espaços e vivências no interior do Parque.



Fonte: (1) Google Earth, 2020; (2) PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 2015; (3) Acervo dos autores, 2019.

Apenas nos últimos três anos é que se verifica um direcionamento específico do poder público municipal para a criação de novos parques, corroborando com a tendência mais recente exposta por Sakata (2018), que congrega estratégias de marca/marketing à gestão pública e se viabiliza por meio de recursos a partir do cumprimento legal de compensação ambiental, envolvendo grandes empreendimentos que se instalam na cidade e/ou próximos de áreas verdes ainda existentes, ampliando a proteção e segurança dessas áreas de invasões, agregando valor ao solo urbano e ofertando à população novos espaços para o lazer.

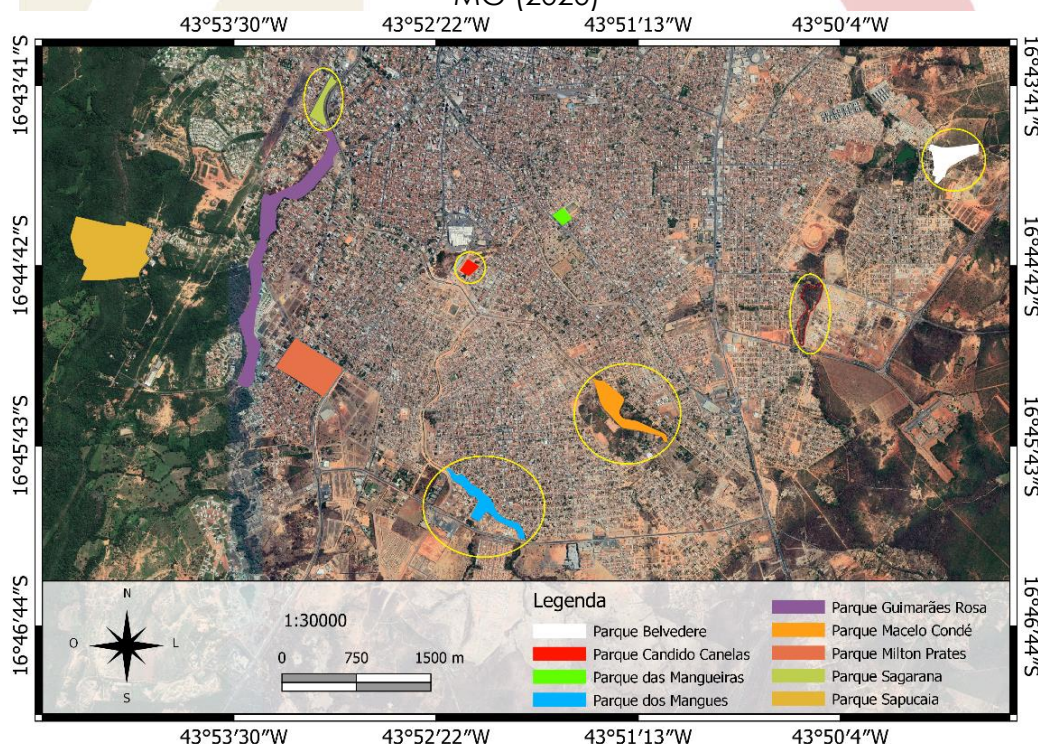
No intento de construir uma imagem positiva da cidade ligada à natureza, o poder público municipal tem utilizado expressões como “Montes Claros, Cidade dos Parques” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 2019b) e “MOC é o lugar dos parques”⁷ para se referir às ações de revitalização e construção de novos parques durante os anos de 2018, 2019 e 2020. De acordo com o município, a criação destes espaços na cidade “[...]faz parte do projeto de proporcionar maior qualidade de vida aos moradores, sobretudo criar mais espaços para práticas de esportes e atividades físicas, além de modificar os lugares que serviam para descarte irregular de lixo e entulho, e invasões”

⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/414025862012234/videos/456000918283620/>

(PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 2019c).

Por meio da figura 12, pode-se visualizar esse processo com maior clareza. Os novos parques estão destacados com círculos na cor amarela, evidenciando a sua localização, em sua maioria, em regiões da cidade que ainda possuíam vazios urbanos e áreas verdes, além de terem ligação com vetores de expansão de novos empreendimentos, inclusive do Programa Minha Casa, Minha Vida de faixas variadas, sobretudo nas regiões sudeste, leste e nordeste da cidade. Isso sugere uma possível correlação entre a criação de empreendimentos imobiliários e uma maior valorização das questões ambientais pelo poder público municipal, refletida na exigência, possibilitada pela legislação ambiental do município, das medidas de compensação ambiental e sua destinação à criação de novos parques ou de revitalização dos existentes.

Figura 12: Distribuição dos Parques Públicos Urbanos em Montes Claros – MG (2020)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, SEMMA, 2020 (adaptado círculos em amarelo pelos autores).

Com exceção do Parque Sagarana, parte aberta ao público do Parque Guimarães Rosa, que está localizado em uma área de alto poder aquisitivo, os outros Parques, recém-inaugurados e/ou em fase de implantação, localizam-se em regiões de bairros com população de renda baixa. Nessa mesma direção, também foi evidenciado no Mapa, pelos autores, com círculo em amarelo e destaque em laranja, as áreas com previsão de implantação de mais dois novos parques.

Esses dois últimos parques previstos e com processos em andamento não serão

objeto de análise no presente artigo, embora referências a eles sejam feitas de forma geral. O primeiro deles é o Parque Marcelo Condé, que teve Decreto de criação aprovado no ano de 2008, mas que ainda não foi, de fato, implementado, apesar de constar no Mapa oficial dos Parques disponibilizados pela SEMMA (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 2020). Está localizado na transição entre as regiões de renda baixa do Maracanã e Santo Inácio, que somadas concentram mais de 55.000 habitantes.

O outro parque trata da conversão de área verde que resultará no Parque Jardim Olímpico (circunscrito na cor vinho no mapa), o qual, segundo a SEMMA, já se encontra em obras, como evidenciado pela figura 13. Localizado na região do Delfino, também de renda mais baixa e altamente adensada, com população de mais de 23.000 habitantes e IQV-Lazer baixo (0,194), a criação desse novo parque também poderá diversificar as opções de lazer em uma área carente de equipamentos.

Figura 13: (1) Espacialização do Parque Jardim Olímpico na malha urbana; (2) Projeto arquitetônico do Parque; (3) Obras da pista de caminhada no interior do Parque.



Fonte: Gerência de Projetos (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, SEMMA, 2020).

Dos exemplos dos novos parques localizados em outras regiões da cidade, tem-se o Parque Cândido Canela (18.337,20 m²), na região centro-sul, inaugurado em 05 de junho de 2019, Dia do Meio Ambiente. O espaço possui uma pista de caminhada com 500 metros de extensão, móveis rústicos, *playground* infantil e obras de arte/esculturas pelo local. Há ainda a proposta de instalação de uma academia ao ar livre e realização de abertura de uma quadra poliesportiva. Na relação com o entorno e existência de outros equipamentos públicos de lazer na região, o parque atende a uma área de IQV-Lazer baixo, na transição entre a região de renda média da Vila Guilhermina (0,117) e

baixa do Maracanã (0,268), também com grande potencial para a democratização das vivências de lazer do entorno.

Figura 14: (1) Espacialização do Parque Cândido Canela na malha urbana; (2) Projeto arquitetônico do Parque; (3 e 4) Espaços e vivências no interior do Parque.

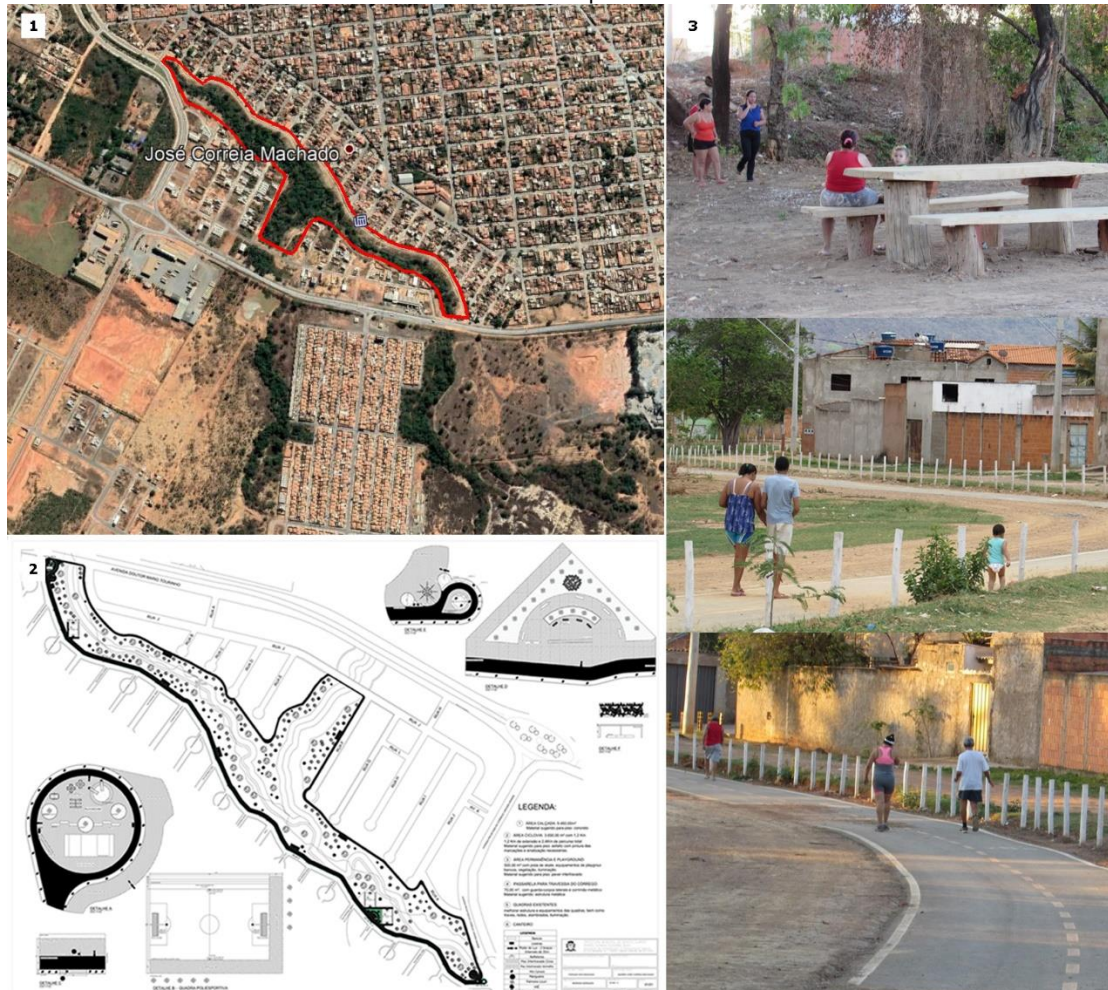


Fonte: (1) Google Earth, 2020; (2) Gerência de Projetos SEMMA (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 2020); (3) PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 2019d; (4) Acervo dos autores, 2019.

Prosseguindo com o projeto “Montes Claros, Cidade dos Parques”, em meados de 2019 iniciou-se a construção do Parque Professor Antônio Jorge/Mangues (95.000 m²), localizado em um dos bairros de menor renda da cidade, o Conjunto Habitacional José Corrêa Machado, na região do Maracanã, a segunda mais populosa, com mais de 39 mil habitantes. O projeto foi bem recebido pelos moradores, pois o local era mais uma área que padecia com os infortúnios de um lote abandonado e descarte irregular, além de destinar uma função social para o espaço, o que irá proporcionar melhorias na qualidade de vida da população local. O parque contempla uma pista de caminhada com 2.800 metros de extensão, uma ciclovia de aproximadamente três quilômetros e três campinhos

de futebol (PMMC, 2019c).

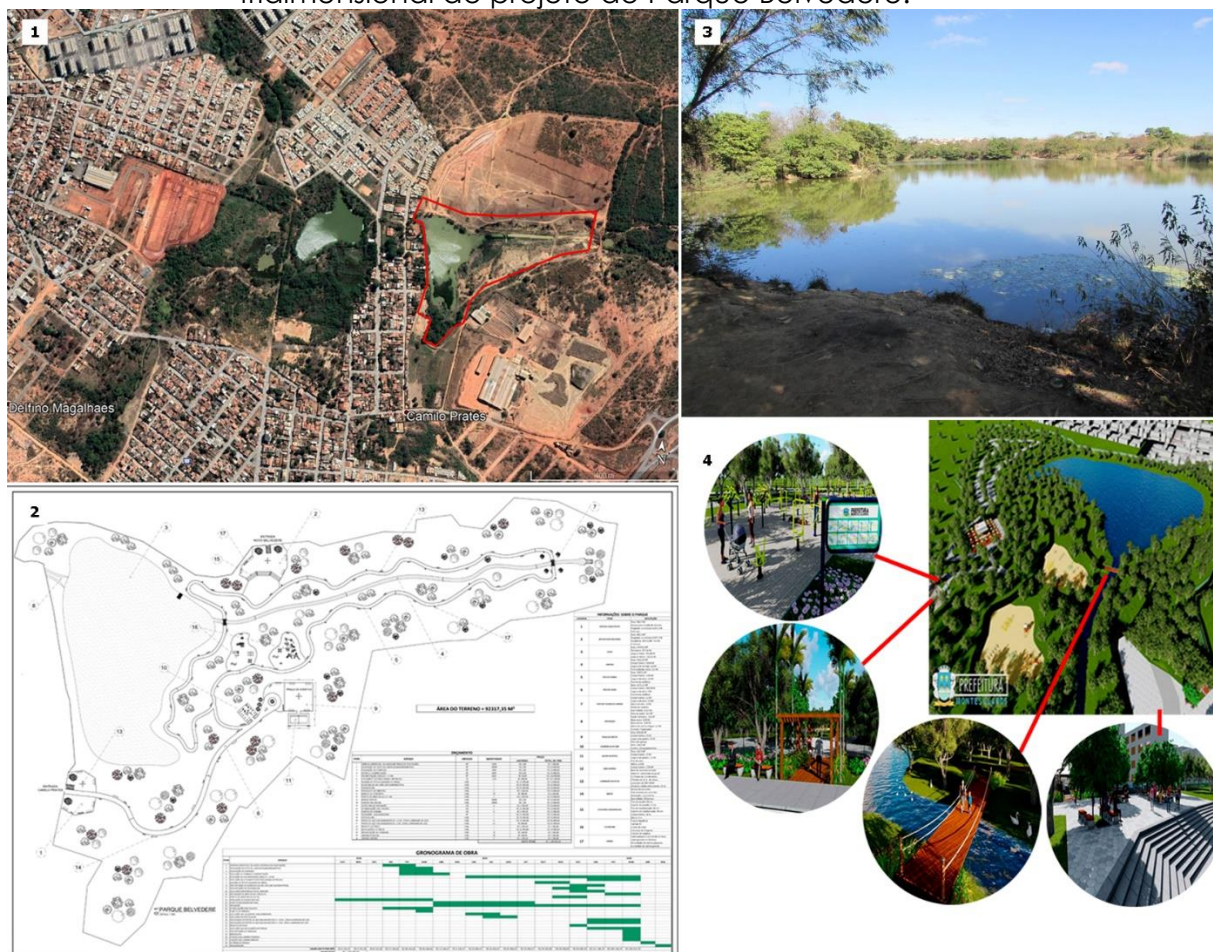
Figura 15: (1) Espacialização do Parque Antônio Jorge/Mangues na malha urbana; (2) Projeto arquitetônico do Parque; (3) Espaços e vivências no interior do Parque.



Fonte: (1) Google Earth, 2020; (2) Gerência de Projetos SEMMA (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS); (3) SEMMA (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 2019).

Por último, a construção do Parque Natural Municipal Lagoa dos Portugueses/Belvedere exemplifica bem esse processo de criação de novos parques, pois será o único parque e equipamento de grandes dimensões na região nordeste da cidade, na zona de transição entre a região do Delfino, já caracterizada como de renda baixa, alta concentração populacional e baixo IQV-Lazer, e a região do Independência, que segue as mesmas características e IQV-Lazer de 0,127.

Figura 16: (1) Espacialização do Parque Natural Municipal Lagoa dos Portugueses/Belvedere na malha urbana; (2) Projeto arquitetônico do Parque; (3) Lagoa dos portugueses antes da implantação do Parque; (4) Visualização tridimensional do projeto do Parque Belvedere.



Fonte: (1) Google Earth, 2020; (2) Gerência de Projetos SEMMA (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 2020); (3) Alencar, 2019; (4) Magno, 2019.

Com área aproximada de (94.561,58 m²), conforme informações do poder público municipal, “será todo cercado e dotado de pista de caminhada com 1.335 metros de extensão; praça de eventos; academia ao ar livre; iluminação moderna; *playground*; obras de arte; além de uma lagoa”, sendo uma parceria do município com uma construtora “como forma de compensação ambiental, uma vez que a empresa fará um empreendimento imobiliário na região” (PMMC, 2019a), evidenciando todo esse processo recente de produção do espaço urbano. Segundo informações levantadas na SEMMA, há a previsão de entrega em dezembro de 2020.

Considerações finais

Embora os Parques Públicos não sejam um fenômeno recente na cidade de Montes Claros, verifica-se que seus processos de criação têm acompanhado fases bem

definidas, semelhantes às de outras cidades do Brasil. Se em um primeiro momento, o Parque simboliza o lazer da classe trabalhadora e, posteriormente, reflete a preocupação com a questão ambiental e cumprimento da nova legislação, no contexto atual, ficam evidentes os diferentes agentes e articulações na sua produção.

Na relação com a distribuição desses Parques Urbanos pela cidade, nota-se que a zona oeste/sudoeste, que se configura como região de classe média alta com boa infraestrutura, significativa dimensão verde e beleza paisagística com a presença da Serra do Mel, foi o local de inauguração do primeiro Parque Público Urbano, o Parque Municipal Milton Prates, em 1969. Aproximadamente duas décadas depois, o Parque Florestal da Sapucaia foi inaugurado em 1987 e, na sequência, o Parque Guimarães Rosa em 1989, resultando na concentração destes equipamentos em uma única zona da cidade, o que reafirmou a tendência de concentração de espaços e equipamentos de lazer diversificados e com melhor infraestrutura em determinadas regiões de uma cidade, especialmente naquelas de maior poder aquisitivo.

Durante as duas décadas seguintes, praticamente não foram implementados novos parques, apesar da conversão de algumas áreas verdes em parques, a exemplo do Parque das Mangueiras (2006) e Parque Marcelo Condé (2008). O Parque das Mangueiras somente foi implementado no ano de 2012, após intensas mobilizações da população dos bairros de seu entorno junto ao Poder Público e configurou-se como o primeiro parque a ser criado fora do eixo oeste/sudoeste e em uma região de menor poder aquisitivo.

Apenas mais recentemente, a partir do ano de 2018, é que esse processo de criação e implementação de novos parques tem sido intensificado pelo poder público e resultado em uma maior desconcentração desses espaços na cidade, com ampliação das possibilidades de lazer da população em muitas regiões extremamente carentes de infraestrutura, sobretudo de equipamentos de lazer diversificados, e alto contingente populacional.

Ainda que se possa evidenciar algumas contradições acerca das dinâmicas, interesses e disputas em meio ao processo que viabiliza a construção desses novos parques, vislumbra-se o potencial que esse novo fenômeno enseja para uma maior democratização do lazer na cidade, principalmente quando se analisa a desconcentração desse tipo de espaço na direção sudeste e leste, com bairros densamente povoados e com baixo número de equipamentos públicos no geral, o que se reflete nos baixos índices da relação do lazer com a qualidade de vida urbana nessas regiões e reafirma o potencial desses espaços e equipamentos para contribuir com o processo de democratização do acesso ao lazer.

Uma melhor compreensão da distribuição espacial dos equipamentos e espaços de lazer em uma cidade é essencial para o levantamento de desigualdades intraurbanas, sendo fundamental para o planejamento e ações de políticas urbanas integradas a outras políticas públicas setoriais, com as de Esporte e Lazer. Além desses importantes

aspectos, quando essa discussão é trazida para a dimensão cotidiana da população e dos aspectos que dialogam com a reprodução social da vida, e não dos interesses capitalistas e mercadológicos, a existência dos parques também pode trazer mudanças de percepções na relação com a cidade onde se vive, para o bem-estar e qualidade de vida. Daí, reforça-se a importância da sistematização e correlação dessas informações, tanto para o direcionamento de políticas públicas, quanto para a efetivação do direito ao lazer no direito à cidade, para que este não fique restrito a algumas áreas privilegiadas, mas que possa ser, de fato, apropriado por todos.

Porém, ressalta-se que a criação desses parques também deve ser acompanhada de processos contínuos de manutenção, melhorias, estratégias de apropriação e envolvimento da comunidade do entorno no compartilhamento da gestão, um dos maiores desafios dos Parques Urbanos como um todo. No desenvolvimento de muitos estudos no campo do lazer, evidencia-se que somente a criação de espaços públicos não necessariamente garante uma maior democratização do lazer, processo complexo que envolve diferentes aspectos e dimensões. Na relação com a dimensão espacial e os equipamentos nela existentes, para que a democratização do lazer tenha maior alcance, é essencial que ocorra a apropriação desses espaços pela população do entorno, mas também em geral, por meio de estratégias de mobilização comunitária e participação política, tanto no processo de criação como no diálogo com o poder público para implementação de melhorias, projetos e programas de lazer diversificados, bem como existência de diferentes práticas sociais e culturais que continuamente ampliem usos, sentidos, significados e ações em direção a processos mais emancipatórios do lazer na cidade.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, G. **Jornal Gazeta Norte Mineira**. Zona Norte terá seu primeiro parque municipal. 2 de agosto de 2019. Disponível em: <https://gazetanortemineira.com.br/noticias/cidade/zona-norte-tera-seu-primeiro-parque-municipal>. Acesso em: set. de 2020.

BELÉM, R.; VIDAL, V. Caminhadas no parque: um projeto de educação ambiental para o Parque Municipal da Sapucaia - Montes Claros/MG. **Revista Verde Grande**, v.1, n.1, 2019.

BRASIL. Constituição.1988. *In: Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. **Lei n. 10.257** de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade, 2001.

COSTA, B.; CAMARGO, L. Parques Urbanos, População e Exclusão em São Paulo. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 15, n. 2, p. 1-25, 20 jun. 2012.

FORELL, L. **Participando na cidade**: um estudo etnográfico sobre a participação em Políticas Públicas de Esporte e lazer no Parque Ararigbóia em Porto Alegre/RS. 2014. Tese. (Ciências do Movimento Humano). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOOGLE EARTH, 2020. Versão para download Google Earth Pro. Disponível em: <https://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html>. Acesso em: set. 2020.

GOMES, M. **Parques urbanos de Ribeirão Preto-SP**: na produção do espaço, o espetáculo da natureza. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas. 2009.

GOMES, M. **Os parques e a produção do espaço urbano**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. **Censo Demográfico**. 2010.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 1968.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

MAGNO, S. **Prefeito assina Ordem de Serviço para início das obras do Parque Belvedere**. Disponível em: <https://sotermagno.com.br/2019/08/06/prefeito-assina-ordem-de-servico-para-inicio-das-obras-do-parque-belvedere/>. Acesso em: set. de 2020.

OLIVA, C.; SILVA, T. **Parque Municipal da Sapucaia**: experiência de Lazer e Aventura na cidade de Montes Claros/MG. Relatório Final (Pós-Graduação Lato-Sensu em Lazer)– Departamento de Educação Física e do Desporto, Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais, 2017.

PACHECO, R. Parques de Brasília/DF: alguns apontamentos sobre formas estratégicas de gestão do uso público. In: AZEVEDO, A.; BRAMANTE, C. **Gestão estratégica das experiências de lazer**. 1.ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 161-171.

PACHECO, R.; RAIMUNDO, S. Parques Urbanos e o campo dos estudos do Lazer: propostas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v.1, n.3, p.43-66, 2014.

PELLEGRIN, A. Espaços de Lazer. In: GOMES, Christianne (Org.). **Dicionário Crítico do**

Lazer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.73-75.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (PMMC). **Parques são opções de lazer em Montes Claros.** ASCOM, 2014. Disponível em: http://www.montesclaros.mg.gov.br/agencia_noticias/2014/jan-4/not_13_01_14_1591.php. Acesso em: fev. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. **Atualização do Plano Diretor.** 2015. Disponível em: <http://montesclaros.mg.gov.br/planodiretor/planodiretor2015.htm> . Acesso em jul. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (PMMC). **Parque Guimarães Rosa é mais uma atração na área urbana de M. Claros.** ASCOM, 2015. Disponível em: http://www.montesclaros.mg.gov.br/agencia_noticias/2015/jul-15/not_15_07_15_4016.php. Acesso em: fev. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. **Lei nº 53, de 01 de dezembro de 2016.** Institui o Plano Diretor em Montes Claros e dá outras providências. Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/diariooficial/2016/dez16/Di%C3%A1rio%20Oficial%20Eletr%C3%B4nico%2002-12-16.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (PMMC). **Ecopista é inaugurada no Parque Municipal.** ASCOM, 2017. Disponível em: http://www.montesclaros.mg.gov.br/agencia_noticias/2017/jul-7/not_18_07_17_0568.php . Acesso em: dez. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. **Atlas Ambiental.** 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (PMMC). **Parque Antonio Jorge ganha móveis rústicos e recebe limpeza geral.** ASCOM, 2019. Disponível em: <https://semma.montesclaros.mg.gov.br/noticia/parque-antonio-jorge-ganha-moveis-rusticos-e-recebe-limpeza-geral>. Acesso em: abr. 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (PMMC). **Parque Belvedere - Prefeitura anuncia a criação de mais um parque na cidade.** ASCOM, 2019a. Disponível em: portal.montesclaros.mg.gov.br/noticia/meio-ambiente. Acesso em: ago. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (PMMC). **"Cidade dos Parques" - Prefeitura de Montes Claros investe no meio ambiente e no bem-estar da população.** ASCOM, 2019b. Disponível em: <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/noticia/cidade-dos-parques-prefeitura-de-montes-claros-investe-no-meio-ambiente-e-no-bem-estar-da-populacao>. Acesso em: jun. 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (PMMC). **Prefeito anuncia construção do Parque do Mangues.** ASCOM, 2019c. Disponível em:

<https://portal.montesclaros.mg.gov.br/noticia/meio-ambiente/prefeito-anuncia-construcao-do-parque-do-mangues>. Acesso em: jun. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (PMMC). **Inauguração do Parque Cândido Canela**. SEMMA, 2019d. Disponível em: <https://saude.montesclaros.mg.gov.br/noticia/meio-ambiente/inauguracao-do-parque-candido-canela>. Acesso em: Maio 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA. 2020.

RECHIA, S. **Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer**. 2003. 189p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, Sp. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/275431> . Acesso em: jun.2019.

ROCHA, M. **Usos e significados dos espaços públicos contemporâneos: uma análise dos parques urbanos em Montes Claros/MG**. 2020. 198f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais. 2020.

RODRIGUES,C.; PONTES, A. Mensuração do nível de satisfação de usuários de Parques Urbanos de Belém do Pará. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v.7, n.1, p. 91-107, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/19380> . Acesso em: set. 2020.

SAKATA, F. **Parques Urbanos no Brasil – 2000 a 2017**. 2018. 348 f. Tese (Doutorado - Arquitetura e Urbanismo) -- Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. 2018.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERSIANI, I. **Lazer e Qualidade de Vida Urbana: análise a partir da distribuição de equipamentos para a vivência físico-esportiva**. 2011. 187 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais. 2011.

Endereço para correspondência

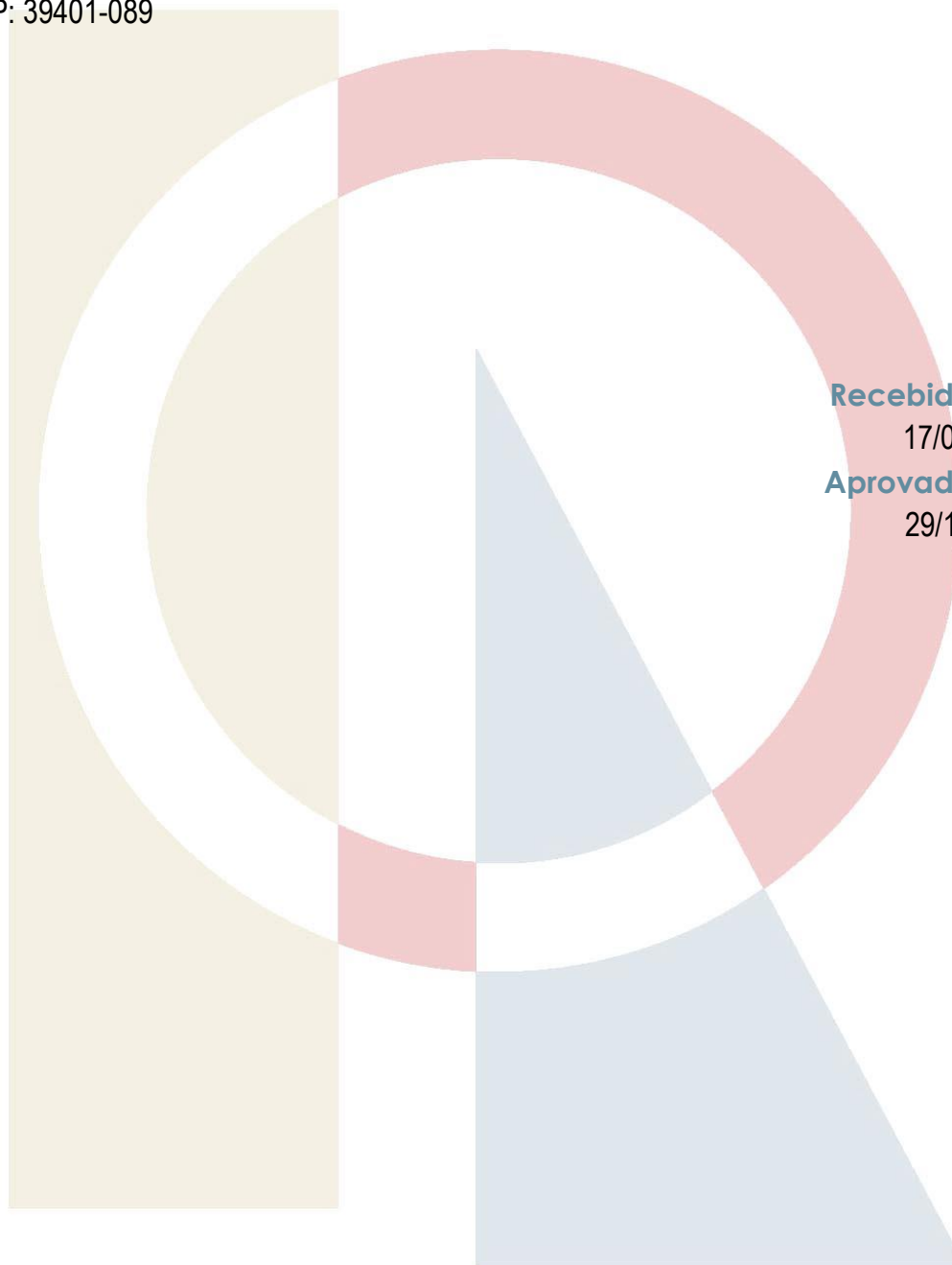
Isabela Veloso Lopes Versiani

Departamento de Educação Física e do Desporto – DEFD/ UNIMONTES -MG.

Av. Rui Braga, S/N – Vila Mauricéia, Prédio 6 - sala 106.

Montes Claros, MG.

CEP: 39401-089



Recebido em:

17/09/2020

Aprovado em:

29/11/2020